

**Entre o viaduto, uma avenida, dois lados e diversos discursos: a participação popular e a construção discursiva na reforma do Viaduto Santa Tereza.**

**ANDRÉ FELIPE VIEIRA COLARES**  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
colaresafv@gmail.com

**ÁREA TEMÁTICA:** Estudos Organizacionais – 4. Simbolismos, Cultura e Identidades Organizacionais.

**TÍTULO DO TRABALHO:** Entre o viaduto, uma avenida, dois lados e diversos discursos: a participação popular e a construção discursiva na reforma do Viaduto Santa Tereza.

**RESUMO:** O pensar das construções discursivas perpassa pelas práticas sociais e questões ideológicas relacionadas aos atores sociais. Além de contribuir na reprodução de um contexto social e até mesmo poder transformá-lo. E é dentro deste contexto que o presente trabalho visa analisar e discutir os discursos construídos em torno da reforma do Viaduto Santa Tereza, em Belo Horizonte. Através da discussão do espaço cidade, sua constituição e a participação popular neste processo, busca-se através da análise crítica do discurso teorizar acerca da reforma do Viaduto e participação popular. A construção do trabalho se dá através do desenvolvimento de um escopo teórico, a exposição de como se constituiu o espaço do Viaduto e os discursos enunciados por um movimento popular, a prefeitura de Belo Horizonte e um jornal de grande circulação. A divergência discursiva e as práticas adotadas pela prefeitura dão consistência a discussão que aqui se faz presente, observando para tanto que, a participação popular fez-se apenas por aparências e que o processo de *gentrification* está sendo adotado vistas a retomar o espaço enquanto um símbolo “bonito” da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Participação Popular. Viaduto Santa Tereza.

**ABSTRACT:** The discursive constructions permeates the social practices and ideological issues related to social actors. Besides contributing to replicate a social context and were even able to turn it. And it is within this context that this paper seeks to analyze and discuss the discourses constructed around the reform of the Viaduct Santa Tereza, Belo Horizonte. Through discussion of the space city, its constitution and popular participation in the process, we seek through critical discourse analysis theorise about the reform of the Viaduct and popular participation. The construction work is through the development of a theoretical scope, the exhibition space was constituted as the Viaduct and the discourses uttered by a popular movement, the city of Belo Horizonte and a newspaper of general circulation. The discursive divergence and the practices adopted by the city give consistency to the discussion that is present here, for both observing that popular participation is made only by appearances and that the process of gentrification is being adopted to resume views space as a symbol "beautiful" city.

**KEY-WORDS:** Discourse. Popular Participation. Viaduct Santa Tereza.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar e discutir os discursos construídos em torno da reforma do Viaduto Santa Tereza, em Belo Horizonte. Através da discussão do espaço cidade, sua constituição e a participação popular neste processo, busca-se através da análise crítica do discurso teorizar acerca da reforma do Viaduto e participação popular. Visa também, contribuir na teorização sobre este espaço e as dinâmicas empreendidas neste, além de propor uma reflexão acerca da participação popular frente às questões de espaços públicos.

Pensar o espaço cidade é abrir-se a uma discussão dicotômica entre a cidade instituída pelo poder público; tendo o Estado como ator central que busca pela cidade esteticamente “correta” e, a cidade construída pelos cidadãos cujos espaços, ainda que esteticamente considerados desconfigurados, são repletos de significados.

A base desta dicotomia está diretamente relacionada ao conflito entre o Estado burocrático e a demandas particulares dos atores cidadãos. Enquanto o primeiro busca inibir a vontade pública; expressa por vezes através de movimentos, movimentações e grupos; para fazer valer as decisões tidas como as mais adequadas para a cidade, e que em Belo Horizonte, encontra adotado pela Prefeitura o slogan “BH no caminho certo para ser a melhor cidade do Brasil”, a segunda refere-se à influência da vontade das massas, de forma democrática (TRAGTENBERG, 2006) e participativa na construção da “cidade dos belorizontinos”.

Essa discussão centrada no conflito entre Estado e sociedade esbarra em questões que colocam em jogo a máxima de que os agentes do Estado buscam satisfazer as demandas que emergem da sociedade. Este trabalho desponta de forma a trazer a discussão de como se constituiu o processo de reforma do Viaduto Santa Tereza, como se desenvolveu a participação popular e quais os discursos foram empreendidos pelos atores envolvidos. É através das temáticas burocracia, sociedade e poder que este trabalho se torna relevante, trazendo tais discussões para conversar com as perspectivas encontradas em Belo Horizonte, junto à Assembleia Popular Horizontal (APH).

O Viaduto Artur Bernardes, popularmente conhecido como Viaduto Santa Tereza, por ligar o centro da cidade de Belo Horizonte aos bairros Floresta e Santa Tereza, fora construído em 1929, a partir do projeto do engenheiro Emílio Baumgart, referência em projetos de estruturas de concreto armado no Brasil (BELO HORIZONTE, 2014), o qual atuou junto ao grupo modernista carioca formado por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Alcides da Rocha Miranda, entre outros. O arco parabólico, a parte mais importante e difícil do projeto, que consumiu 700 metros cúbicos de concreto, acalentava a fé na tecnologia que abriria à capital as portas da modernização (HISTÓRIA VIVA, 2012). O viaduto foi tombado enquanto patrimônio cultural do município na década de 1990.

O Viaduto Santa Tereza, com o passar dos anos e constante crescimento do município, acabou se tornando para a maioria da população belorizontina apenas mais um viaduto em meio à selva de prédios; mas para outros, de um lado servia de palco cultural, como era para o grupo Duelos de MC's e Famílias de Rua, e do outro lado servia de moradia, como era para mendigos, transeuntes e outras pessoas em situação de rua.

Com o aproximar da Copa do Mundo e sendo a cidade de Belo Horizonte uma capital que receberá tais jogos, a prefeitura, juntamente com outras instâncias de poder – estadual e federal –, começou a empreender ações de ordenamento, gentrificação e higienização da

cidade, principalmente na região central e próximo a pontos turísticos. Essa ideia de limpeza urbana traz consigo a busca por construir a imagem da “cidade ideal”, da cidade bonita para quem vem de fora ver, sendo tratada por alguns teóricos como uma tentativa de remontar à *Belle Époque* em terras brasileiras.

Entre os espaços que se tornaram alvo dos processos de higienização, o Viaduto Santa Tereza, símbolo arquitetônico e cartão postal da cidade, acabou por ganhar o projeto de reforma e revitalização. Em virtude de seu histórico e simbolismo frente ao município, além de estar localizado na área central, o Viaduto com seus arcos imponentes ganhou os olhares dos gestores públicos. Tal projeto tornou-se alvo de diversas polêmicas - como poderá ser observado nos discursos apresentados logo à frente - ao ser empreendido de forma que não se levou em consideração a opinião daqueles indivíduos que ali frequentavam. Ainda que os movimentos tenham sido convocados a participar e tenham participado do processo, aparentemente, o Estado omitiu seus anseios na elaboração do projeto.

A observação realizada durante a intervenção no Viaduto Santa Tereza, a respectiva coleta de material junto à Assembleia Popular Horizontal - aqui tidos como objetos - e o uso da análise crítica de discurso para interpretação e consequente análise, trouxe ao trabalho a vinculação com um contexto de negação do Estado de determinado espaço público enquanto significado, bem como pela limitação à uma pseudoparticipação dos movimentos na elaboração do projeto de reforma.

Dessa forma, o presente artigo está estruturado, além destas breves considerações, por mais quatro seções, sendo a primeira direcionada para o marco teórico, trazendo a construção da cidade através do Estado burocrático e da sociedade; a segunda seção referente ao percurso metodológico, a terceira abordando a análise e a discussão desenvolvida e por último, uma seção com as considerações finais.

### **A CONSTRUÇÃO DA CIDADE: o processo participativo e a significação dos espaços.**

D'Aubeterre (2003) discorre que o espaço cidade se constitui enquanto uma forma particular de apropriação de concentração urbana, segundo a partir da estruturação de redes de trocas sociais em torno de atividades econômicas, de produção, reprodução, educativas, recreativas, habitacionais e de circulação se constituem. Dessa forma, a cidade se constitui enquanto um espaço central de poder seja este político, econômico ou social, onde as decisões que afetam este espaço urbe e as relações de vida de seus cidadãos (D'AUBETERRE, 2003) são tomadas por seus representantes.

O espaço cidade não é só o concreto (IPIRANGA, 2010), mas é um emaranhado de espaços que, seguindo suas funções sociais e estruturais, compõe este espaço maior. No entanto tais espaços não podem ser entendidos enquanto neutros ou naturais, eles são extremamente políticos e refletem a expressão cultural, sentidos de pertencimento e identidade, tanto em espaços públicos quanto em privados (FREDERICKS, 2013). Parte-se então da ideia de que este espaço público é construído histórica, social e culturalmente, e que é um espaço de conflitos no qual, interesses e visões de mundos distintos se confrontam e são negociados, sendo que o entendimento sobre espaço público é que este é conquistado (BARBOSA, 2009).

A construção do espaço cidade passa, no entanto, pelo Estado enquanto instituição que prediz a organização e rumos que esta tomará. Nesta discussão aqui travada sobre o Estado,

burocrático, parte dos pressupostos de Prestes Motta e Bresser-Pereira (2003) de que são organizações burocráticas não só aquelas adeptas de um sistema social rígido, centralizado, mas todas aquelas administradas segundo critérios racionais e hierárquicos, como o Estado brasileiro em todas as suas instâncias.

Este Estado, racional, traduz-se por adoção a uma administração burocrática da justiça e em suas diversas vertentes, culturais, educacionais, da saúde e assim por diante, bem como do seu próprio aparelho produtivo. Essa racionalidade implica igualmente a burocratização de outros setores como o lazer, da comunicação em massa, dos partidos políticos, dos sindicatos e das entidades de classe em geral. O abarcamento da burocracia por diversas esferas da vida social significa a “venda em bloco da sobrevivência em troca da aceitação de certo tipo de dominação e de sua subjetividade massiva. É dessa forma que a burocratização prepara e abre caminho para o capitalismo de Estado” (PRESTES MOTTA, 1986, p. 26).

No entanto, Tragtenberg (2006) aponta que esta burocracia emerge enquanto sistema mediador entre os interesses particulares e os gerais e o Estado aparece como uma instância superior que busca suprimir as particularidades – individuais ou de determinados grupos - no seio da sociedade, tendo como referência social para supressão a classe média que protege uma generalidade “imaginária”. Resultando assim no princípio característico da burocracia: a busca por uma regularidade (abstrata) na execução da autoridade, resultando na procura pela “igualdade perante a lei” no sentido pessoal e funcional e a rejeição ao tratamento dos casos individualmente (WEBER, 1982), transcendendo do âmbito organizacional para o âmbito social do espaço cidade. O crescimento da burocratização é um fenômeno contrário e paralelo ao da democracia.

Esse processo de burocratização crescente resulta em um processo de “burocratização psíquica”, no qual não entraremos no mérito da discussão, mas que desenvolve uma contracultura, partindo da parte social, que nega esta mentalidade crescente (burocrática), tornando-se um instrumento necessário para que emergja de uma consciência de classe ligada ao processo democrático (PRESTES MOTTA, 1986). Em relação à burocratização no seio do Estado e nos espaços públicos, a alternativa seria resgatar a lógica pela qual a se constituam espaços participativos em que predomine a razão comunicativa, espaços de diálogo, discussão e deliberação nos quais os partícipes do processo teriam equalizadas as diferenças, em especial as de poder econômico e político que inibem a participação nas decisões que lhes concernem (HOROCHOVSKI e CLEMENTE, 2012).

A busca por essa equalização das diferenças é, por vezes, buscada e centrada pelos movimentos sociais que, representantes de determinadas categorias, buscam junto à sociedade e Estado a legitimação de sua existência enquanto um grupo de direitos. Dessa forma, a Assembleia Popular Horizontal (APH) ascende em Belo Horizonte visando através de mobilização e meios legais ou diversos interferir na constituição da cidade, e neste caso, segundo a vontade dos belorizontinos, grupo que este movimento representa.

Enquanto um espaço de discussão da sociedade e questões pertinentes levantadas por seus membros, a APH apresenta-se com um caráter popular, onde independente de questões sociais, econômicas, políticas ou financeiras, todos são convidados à participar. Impõe-se enquanto horizontal de forma a garantir aos membros a equidade de poder, voz e voto no ordenamento das questões discutidas e da tomada de decisões neste espaço. BRELÀZ e ALVES (2013) constataram em seus estudos na Assembleia Legislativa de São Paulo que a participação da população dentro da estrutura estatal, na maioria das vezes, não passa de

apenas espaço para participação, sem efetivação desta, sem exercício de seu poder de participação.

E é nesta perspectiva que a APH surge, buscando paralelamente à estrutura burocrática estatal criar um espaço democrático, objetivando levantar questionamentos e demandas sociais que possam ser levados ao Estado com uma maior força/poder por se tratar de um movimento de maior visibilidade e poder de mobilização. Prestes Motta (1986) aponta que historicamente, a organização dos trabalhadores tem seguido critérios baseados na democracia direta através de comunas, sovietes, conselhos, coletivos, dessa forma, a APH, enquanto um movimento mais amplo, social, tenta fundar as bases para um movimento democrático em busca de uma sociedade democrática. E essa (auto) organização ultrapassa questões estritas de reivindicações relativas apenas ao âmbito econômico e social, buscando assim a liberação total da sociedade e a configuração de uma organização social autônoma (PRESTES MOTTA, 1986).

A organização da APH deu-se através da ressignificação de determinados espaços da cidade de Belo Horizonte, onde espaços como o Viaduto Santa Tereza tornaram-se a Ágora belorizontina. Essa ação apropriativa de determinados espaços, seja por um indivíduo ou um grupo de indivíduos onde buscam desenvolver, em relação a um objeto ou símbolo, uma relação de posse é denominada de territorialidade (COIMBRA e SARAIVA, 2013). E neste caso, a simbolização na qual a APH se apoiou pode ser tomada como feita de diferentes possibilidades de interpretação de distintas formas de linguagem, as pichações, os eventos, os manifestos e até mesmo a ocupação. Não se tratando, porém, de um processo baseado apenas em artefatos físicos. (SARAIVA e CARRIERI, 2008)

Esses sujeitos organizados tornam-se então criadores e não só reprodutores de uma cultura vigente, reforçando que as diferentes linguagens são também formas de representação social no espaço urbano. Essas formas de representação tornam-se formas dos grupos se fazerem presentes na sociedade, não se restringindo aos seus espaços de origem, mas ganhando extensão e visibilidade social, já que é preciso conversar com o outro, circular no espaço urbano para ver e ser visto. “Essas culturas precisam ser reconhecidas, percebidas e legitimadas para que possam expressar seus interesses e olhares e, assim, trazer as suas contribuições na negociação conflitiva que ocorre no espaço público”. (BARBOSA, 2009, p. 252)

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Dessa forma, busco neste trabalho discutir e analisar três discursos empreendidos em torno de tal obra, tendo como base uma nota oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, uma reportagem do Jornal Estado de Minas e um protesto, em arte, dos movimentos sociais. Busca-se ainda, entender as contradições apresentadas por estes, ainda que sobre um mesmo fato. Para isto, utilizarei da análise crítica do discurso, a abordagem histórica, uma vez que esta abordagem discursiva histórica adere à orientação sócio-filosófica da teoria crítica. Esta vertente visa descobrir inconsistências, contradições, paradoxos e dilemas nas estruturas internas do texto ou discurso; além de buscar desmistificar um caráter possivelmente persuasivo ou manipulador das práticas discursivas (WODAK, 2001).

O material aqui analisado, FIGURA 1, é resultado da manifestação contra o projeto de reforma do Viaduto Santa Tereza colocado em execução pela prefeitura de Belo Horizonte.

Produzido em um contexto no qual os movimentos sociais foram chamados a participar da formulação do projeto de reforma do Viaduto e a obra teve seu início realizado com base em outro projeto – este sem participação dos movimentos - os tapumes que cercavam o espaço da obra acabaram sendo usados como “tela” para expressão da insatisfação na execução daquela obra.

A pintura nos tapumes constitui nada mais do que a expressão dos integrantes do movimento acerca do descontentamento com as posições tomadas pela Prefeitura. Constituída enquanto uma prática discursiva, essa expressão perpassa também pela prática social:

A prática discursiva é a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sendo variada a natureza desses processos dentre os tipos diferentes de discurso e de acordo com os fatores sociais. [...] A prática social é a dimensão relacionada aos conceitos de ideologia e de poder: o discurso é visto numa perspectiva de poder como hegemonia e de evolução das relações de poder como luta hegemônica (MAGALHÃES, 2011, p. 17).

E que dialeticamente compõe um discurso de um grupo, de um movimento social, da Assembleia Popular, dessa forma, Fairclough (1993) discute que os discursos empreendidos trazem consigo uma relação com poder, por vezes desigual. E que esses discursos são imbuídos de ideologia acerca das relações de poder e o autor traz assim, o conceito de ideologia para além de ideias, crenças e valores, circunscrevendo este na identidade particular desenvolvida pelos membros deste grupo maior, sendo esta ideologia partícipe de uma relação triangular entre ela, discurso e poder (WESTWOOD e LINSTED, 2001).

Weiss e Wodak (2003) apontam que essas noções de ideologia, poder e outras variáveis sociológicas são relevantes para uma interpretação e/ou explicação de um texto. E para tanto, a análise crítica do discurso, apresenta interesse particular na relação entre linguagem e poder. E mais que apenas uma ferramenta de análise de dados, a perspectiva de análise crítica do discurso parte do pressuposto que a linguagem, em qualquer de suas formas, é “o principal recurso simbólico da construção do social e que dela decorrem as diversas construções das versões de mundo” (CARRIERI, MARANHÃO e MURTA, 2009, p. 1319).

A ideologia, por vezes, expressada através de palavras e significados traz consigo a representação de uma realidade coletiva. Essas palavras nos remetem ao todo de uma história passada e representa, ao mesmo tempo, a totalidade do presente e; é imbuída de sentidos provenientes das experiências singulares de cada indivíduo (MANNHEIN, 1986).

Em virtude de optar pela vertente da análise crítica histórica do discurso, busco neste trabalho ultrapassar a esfera interna puramente textual do discurso, aprofundando no conhecimento contextual e discutindo as estruturas comunicativas ou interacionais dos discursos em um quadro mais amplo de relações, processos e circunstâncias sociais e políticas.

### **Análise e discussão**

Neste primeiro momento apresento, então, o discurso enunciado pela prefeitura acerca da reforma:

A Prefeitura de Belo Horizonte informa que, desde 2012, vem realizando reuniões com a participação de vários setores direta ou indiretamente ligados ao tema, para tratar da revitalização do baixio do Viaduto Santa Tereza. Nesses encontros, foram levadas em consideração questões relacionadas aos direitos dos frequentadores de eventos realizados no local, bem como da população em situação de rua que usa o espaço como pouso. Em comum acordo com os representantes de diversos setores da sociedade, ficou acertada a elaboração de um projeto arquitetônico de revitalização do espaço para permitir maior conforto e diversidade de uso.

Portal PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) – Em 10/02/2014

Esse discurso foi o anunciado oficialmente através do site da prefeitura de Belo Horizonte e, no qual, aponta que para elaboração do projeto foram convocadas diversas reuniões com os diversos setores, ligados direta ou indiretamente com o tema. A prefeitura ainda afirma ter levado em consideração questões relacionadas àqueles que frequentam tal espaço, inclusive os indivíduos em situação de rua, que segundo a prefeitura usam o espaço como “pouso”. É perceptível que a prefeitura usa do tempo “desde 2012” para ressaltar uma preocupação que esta teve em relação ao processo de reforma, dando a entender que nenhuma decisão foi tomada sem pensar, mas que perpassou um longo caminho, incluindo diversos atores, para se chegar aonde chegou: no projeto de revitalização do viaduto. A nota ainda traz que nenhuma medida foi tomada arbitrariamente, pois o termo “em comum acordo” traz por parte da prefeitura um reforço de que tal obra não é uma imposição de ordenamento, mas um acordo firmado entre as partes sobre o que seria melhor a ser feito ali, atendendo o interesse de todos os envolvidos.

O mesmo projeto de reforma e revitalização fora divulgado pela mídia, o Jornal Estado de Minas, um dos mais importantes jornais impressos do estado de Minas Gerais que circula diariamente com seus cadernos fixos: Política, Opinião, Nacional, Internacional, Economia, Gerais, EM Cultura e Economia. A reportagem trazia consigo, ainda como forma de respaldar e reforçar o discurso empreendido pelo jornal, vozes de leitores deste que frequentaram ou já passaram pela região do Viaduto.

O cenário de degradação e sujeira que toma conta do Viaduto Santa Tereza, entre o Centro e Região Leste de Belo Horizonte, está com os dias contados. A prefeitura lançou ontem licitação para escolha da empresa responsável pela revitalização e implantação de um circuito de esportes radicais. [...] Quem passa pelo viaduto reclama de problemas como estrutura danificada, mau cheiro e poluição visual. "As escadas são intransitáveis. Pessoas ficam sentadas ali consumindo drogas", diz o tecnólogo em recursos humanos Edmar Duque. A professora Dilma Alves da Silva já testemunhou assaltos no local: "É um desleixo. Esse lugar está cheio de usuários de drogas e é perigoso, precisa de preservação".

Estado de Minas – “Licitação para revitalização do Viaduto Santa Tereza está aberta”. Em 29/08/2013<sup>1</sup>

O discurso enunciado pelo Jornal traz inicialmente um perfil de como se constitui tal espaço, no entanto, um perfil que não retrata muito bem a realidade do local, por completa, como poderá ser notado ao apresentar o discurso dos movimentos, logo em seguida. A notícia do

Jornal antecede ainda a nota oficial publicada pela prefeitura em seu site, apontando que já tramitava publicamente o processo licitatório para contratação da empresa responsável. Observa-se que, diferentemente da nota da prefeitura, publicada posteriormente, a notícia traz a implantação de um circuito de esportes radicais enquanto que a nota oficial apontava apenas reforma e revitalização do espaço, tendo assim, um silêncio da nota oficial acerca desta obra, incitando que possa ter havido uma mudança do projeto, passando a não contemplar mais tal circuito de esportes radicais.

O jornal usa das vozes para dar respaldo ao que apresenta no início do texto “o cenário de degradação e sujeira”, no entanto, apresenta uma generalização falsa “quem passa pelo viaduto reclama [...] mau cheiro e poluição visual”. Ou seja, nem todos aqueles que passam por ali apreendem do Viaduto esta mesma percepção. Há um amontoado de significados para aquele espaço como, por exemplo, para os que o tem como local de moradia, não se tratando assim de um espaço a ser contestado. Em outro caso, não é visto como tido por poluição visual, já que esta está centrada nas pichações ao longo do Viaduto, sendo para os pichadores formas de expressão e contestação de uma ordem imposta.

Outras questões que o jornal traz como situações daquele local são os assaltos, como apresentado no depoimento da professora que “já testemunhou assaltos no local”, sendo que tal ato não é uma prática recorrente apenas naquele espaço, mas a forma como colocada acaba por traçar aquele local como altamente perigoso devido aos assaltos que ali acontecem. Além de trazer o discurso, que possivelmente seria sobre as pessoas em situação de rua, mas que no depoimento da professora “transformam-se” em usuários de drogas, configurando tal espaço como perigoso, mais uma vez. Assim, o aspecto da preservação do local também é reforçado.

Essas duas visões apresentadas – nota oficial da prefeitura e reportagem da mídia Estado de Minas – no entanto, apresentam-se enquanto hegemônicas, uma vez serem estas instituições dotadas de um maior poder de massificação da informação e por estarem institucionalizadas enquanto instituições “sérias”. A outra visão que busco trazer é a dos movimentos sociais e frequentadores do Viaduto Santa Tereza que, após isolamento do local para início da reforma, viram seu direito de usufruto do espaço enquanto palco pra arte ser cerceado. E para tanto, usaram dos tapumes como tela para expressar sua indignação.



**Figura 1 – Viaduto Santa Tereza**  
Fonte: Mídia Ninja – Em 11/02/2014.

Este discurso me apresenta como o principal neste trabalho, já que usarei deste para desconstrução dos demais já apresentados. São observados nesta imagem diversos discursos enunciados que estão centrados na negação, por parte do poder público, do Viaduto enquanto um espaço de significações, de expressão e de arte popular, além da falta de respeito com o povo ao não consultá-los – ou levar em consideração suas opiniões - sobre a reforma do Viaduto, como verificado em “solicitamos ao Sr. Prefeito Márcio Lacerda que respeite o espaço urbano e as pessoas que fazem dele um lugar mais humano.”

O primeiro discurso é estabelecido segundo as percepções daqueles que ali frequentavam e que tinham o Viaduto como espaço de expressão popular, a exemplo, o movimento Duelo de MCs e o Família de Ruas, que usavam do espaço semanalmente para realizar atividades culturais. Tais grupos, que ali se encontravam o tinham como espaço de expressão musical, artística e cultural, sendo o Viaduto Santa Tereza considerado pelos grupos como “Viaduto mais cultural do Brasil”. Esse discurso é percebido através dos trechos “tornou importante na construção Política de Cultura Popular” e “aquele importante palco da expressão do povo”.

É interessante ressaltar que esse discurso aborda a luta da APH pela manutenção de um espaço significado, que passou por intervenção social, alterando a paisagem urbana por meio da acentuação ou da transformação arquitetônica. E essas alterações, de cunho simbólico para os movimentos, fazem frente às demandas de valorização imobiliária, de segurança, ordenamento e limpeza urbana – à serviço do capital - que resultaria em um espaço com inflexões segregacionistas devido demarcações sócio-espaciais (LEITE, 2010).

O segundo discurso trata da percepção dos membros do movimento que consideram que o Estado, ali representado pelo Prefeito, enquanto instituição que nega ou desconhece o Viaduto enquanto um espaço de atividades culturais e de expressão popular, principalmente por conduzir uma obra que interdita e reforma tal espaço sem consultar ou levar em consideração a participação destes movimentos na elaboração do projeto. Tal discurso é observado principalmente pelas passagens “solicitamos ao Sr. Prefeito Márcio Lacerda que respeite o espaço urbano” e “mas ao prefeito dessa cidade não interessava [...] mandou cercar o viaduto e começou a destruir aquele importante palco da expressão do povo”. Observa-se que por de trás deste discurso há o contexto de que, uma vez convocados para participar do projeto de reforma do Viaduto, a prefeitura não considerou o projeto elaborado em conjunto na hora de iniciar as reformas naquele espaço.

É nesse aspecto que Tragtenberg (2006) aponta que a burocracia age de forma antitética, respondendo de um lado à sociedade de massas, a qual representa e convida a todos à participarem, mas de outro lado, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão afirma a alienação daqueles que estão sob sua tutela, coagindo economicamente e pela repressão política. O culto da burocracia estatal pela hierarquia acaba trazendo como consequência a distribuição desigual de poder, de forma que poucos podem muito e muitos não tem voz, ainda que busque legitimar-se em nome de interesses maiores como a Assembleia Popular.

O terceiro discurso trata da luta dos movimentos para que aquele espaço não seja destruído, mas que seja conservado e respeitado, principalmente pelo Estado. “se encontravam unidas no objetivo de proteger este viaduto” “que respeite o espaço urbano”. Esse discurso tem como base um conceito de preservação do espaço público diferente do concebido pelo Estado, enquanto para este a preservação passa pela conservação, reforma e uma nova roupagem

estrutural e estética, para os movimentos sociais significa a manutenção do espaço como ele é, com seus símbolos, sua estrutura já assimilada pelos grupos.

Essas questões desiguais geradas em nossa sociedade incitam teóricos, indivíduos e grupos a buscar por reais possibilidades de mudança do universo-burocrático-capitalista em que vivemos. E essa busca, a redescoberta da organização social, só pode passar, como proposto por Prestes Motta (1986) pela questão da produção e dos movimentos sociais que estejam vinculados com a situação social direta ou indiretamente. E essa autotransformação social se refere ao (re)fazer social e político dos homens na sociedade e nada mais. É o se organizar, se fazer enquanto se pensante e ter o pensar política e o pensar a sociedade como um componente essencial para fazer frente às hierarquias burocráticas.

Esse material produzido pelos movimentos sociais defende ainda os discursos ideológicos de que os espaços urbanos, assim como o Viaduto, podem ser palco de expressão popular, seja ela de qual tipo for e que; a movimentação social, encabeçada ou não pelos movimentos sociais, deve ter voz e vez dentro do processo democrático de construção dos espaços públicos e da cidade. O principal discurso ideológico combatido centra-se em que o Estado não pode tomar medidas arbitrárias sem consentimento daqueles que usam determinados espaços, assim como fora realizado no processo de reforma do Viaduto.

Dessa forma, a cidade pode ser compreendida, assim como discutido por D'Aubeterre (2003), como uma matriz psicossocial, constituída e transformada por construções discursivas, onde são geradas diversas formas e gêneros discursivos que auxiliam na construção e definição de uma identidade/cultura urbana predominante naquela organização-cidade. E a construção dessa identidade, por vezes, esbarra na estrutura burocrática que limita a participação social ou constrói situações onde é gerada a pseudoparticipação – aquela em que a população é convidada a participar, mas não tem efetividade sua participação.

É interessante ressaltar o constante uso do termo “revitalização” pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo jornal Estado de Minas. Segundo o dicionário Michaelis, revitalizar significa: i) Ato ou efeito de revitalizar; ii) Conjunto de medidas capazes de dar novo impulso ou maior eficiência a. O uso desse termo nos dois primeiros textos, busca criar a ideia de que o Viaduto Santa Tereza encontrava-se “morto”, sem vida, abandonado, daí a necessidade de revitalização, para que possa ter vida.

No entanto, tal perspectiva nega as vidas do Viaduto Santa Tereza. Como negar a vida cultural ali existente, desenvolvida pelos movimentos sociais com eventos culturais e musicais? E as vidas (indivíduos) que encontram ali um espaço para dormir, um local de sobrevivência frente à sociedade excludente? A adoção deste termo “revitalizar” mostra uma total desqualificação de toda e qualquer forma de organização social presente naquele espaço, buscando um ordenamento social segundo a ótica de um grupo, uma classe que desconsideram tais.

É observado ainda um silenciamento das reportagens e até mesmo do discurso do movimento sobre a possível causa do “despertar” do poder público para tal reforma. Onde esteve o poder público durante todo o tempo, permitindo assim que acabasse a “vida” do Viaduto? Será mesmo que tal obra tem importância ou essência, senão apenas deixar a cidade mais bonita, passando a imagem de cidade organizada e esteticamente apresentável? Este silêncio mostra que não é uma obra de extrema importância, nem o Viaduto é visto como algo central para o poder público, sendo apenas um apêndice no projeto maior de higienização da cidade.

Dessa forma, ainda que os três discursos tratem de um mesmo fato, a reforma do Viaduto Santa Tereza, cada um traz para si a forma de leitura deste, daí as contradições encontradas nos discursos. É perceptível que as principais discussões dos dois primeiros discursos centram-se na necessidade de reforma daquele espaço e um melhor aproveitamento deste, tendo como base a ideia de limpeza, higienização e segurança para aquele local. No entanto, tais discursos confrontam com a ideia de que aquele espaço é um espaço usado, ocupado e que trás consigo toda uma história e contexto em que se constituiu através dos movimentos sociais. E que tais discursos de limpeza e higienização só se fazem constituídos devido tais práticas ali alocadas serem consideradas “diferentes” e “periféricas”, sendo, portanto práticas que “sujam” o Viaduto, “sujam” o centro da cidade de Belo Horizonte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar e discutir os discursos construídos em torno da reforma do Viaduto Santa Tereza, centrando-se nos discursos da mídia, Estado e sociedade, além de propor uma reflexão acerca da participação popular frente às questões de espaços públicos. Observa-se que foi verificado que o processo de construção do espaço cidade apresenta dois grandes atores que, por vezes, se encontram em posições opostas: sociedade e o Estado.

A diferença de posições se dá pela perspectiva das demandas individuais, buscada pelos membros da sociedade e da busca pelo atendimento de demandas universais, almejada pelo Estado, que nega ou subverte demandas particulares. E neste ponto, a produção discursiva do Estado e mídia, criam a ideia que as posições tomadas pelo primeiro são as reais necessidades e vontades da sociedade.

Neste trabalho, buscou-se ainda fazer uma análise crítica discursiva do material coletado, desenvolvido durante o processo de reforma e interdição do Viaduto Santa Tereza para tal. Observou-se que o contexto de produção deste material está centrado na não consideração da opinião dos movimentos sociais na reforma do espaço, por parte da prefeitura de Belo Horizontina.

Em seus estudos sobre o Quarteirão do Soul, em Belo Horizonte, Coimbra e Saraiva (2013) discutiram que as práticas de gestão da cidade elaboradas pelo Estado devem passar pela compreensão das intervenções urbanas, no entanto, a situação observada na reforma do Viaduto Santa Tereza perpassa pela negligencia do Estado acerca daquele espaço e das práticas culturais e sociais que ali ocorriam. E como verificado, dentro do contexto discursivo, não só desconsiderou-se a constituição daquele espaço, seus significados e simbolismos, mas o próprio significado da participação popular quando da elaboração do processo de intervenção no Viaduto.

Tal posicionamento justifica-se, em parte, porque o projeto de reforma desenvolvido pelo poder público, neste caso, busca a ideia do enobrecimento, possibilitando o retorno ao centro da cidade de uma “paisagem” limpa, higienizada, segura e de vitrines lustrosas, quase numa espécie de nostalgia de uma *belle époque* perdida proporcionada pela aproximação da Copa do Mundo. E esse modelo adotado acaba por reproduzir o princípio da higienização social adequada à cultura de consumo da sociedade contemporânea (LEITE, 2010).

Coimbra (2013) ao refletir sobre a transformação dos espaços, discutindo com Leite (2007) e Carlos (2009), identifica que cidades como Belo Horizonte, passam por processos de “enobrecimento” de algumas áreas, impulsionados por investimentos públicos e privados. E este processo, denominado gentrification, traz uma busca pela afirmação simbólica de poder através dos aspectos arquitetônicos urbanísticos; buscando determinados grupos sociais se apropriarem de certos espaços da cidade.

Por fim, os discursos empreendidos pela mídia levam a questionar a situação social dos indivíduos que usam daquele espaço enquanto moradia. A forma como o discurso fora construído, e respaldado pelas vozes entrevistadas, tornam tais indivíduos “não sujeitos”, inferiorizados por viverem em um não-lugar, invasores de um espaço que se constrói, discursivamente, como projeto de viaduto limpo e organizado. Essa condição de invasor é construída, como defendido por Peluso (2003), por aqueles que se encontram em uma condição superior, tomados por uma visão Eu-mundo positiva.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, N. R. Entre olhares. In: ALVES, L. R.; CARVALHO, M. (Org.). **Cidades: identidade e gestão**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 237-254.

BELO HORIZONTE. **Prefeitura esclarece projeto de revitalização do Viaduto Santa Tereza**. Retirado de: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=144527&pIdPlc=&app=salanoticias>. Acesso em: 23/04/2014

CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1315-1342, nov./dez. 2009.

COIMBRA, K. E. Dinâmica Territorial Urbana: análise do movimento quarteirão do soul em Belo Horizonte. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

COIMBRA, K. E. R; SARAIVA, L. A. S. **Territorialidade em uma Organização-Cidade: o Movimento Quarteirão do Soul**. *Gestão & Regionalidade* - Vol. 29 - Nº 86 - mai-ago/2013.

D'AUBETERRE, L. Ciudad, discursividad, sentido común e ideologia: um enfoque psicossocial de la cotidianidad urbana. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 12, n. 2, p. 169-182, Abr./Jun. 2003.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis and marketization of public discourse: the universities. **Discourse & Society**, London, v. 4, n. 2, p. 133-168, Apr. 1993.

FREDERICKS, B. We don't leave our identities at the city limits': aboriginal and Torres Strait Islander people living in urban localities. **Australian Aboriginal Studies**, Canberra, v. 31, n. 1, p. 4-16, 2013.

HISTÓRIA VIVA. **Viaduto Santa Tereza**. Retirado de: <http://historiavivawill.blogspot.com.br/2012/03/viaduto-santa-Tereza.html>. Acesso em: 25/05/2014.

HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J. Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 127-157, out. 2012.

MAGALHÃES, C. M. (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. 228 p.

MANNHEIN, K. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986. 332 p.

PELUSO, M.L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia* 2003, 8(2), 321-327.

PRESTES MOTTA, F. C. **Organização e poder**: empresa, Estado e escola. São Paulo: Atlas, 1986. 144 p.

PRESTES MOTTA, F. C.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 310 p.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Simbolismo e dinâmica nas organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, V, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2008.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006. 288 p.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 530 f.

WEISS, G.; WODAK, R. Introduction: theory, interdisciplinary and critical discourse analysis. In: WEISS, G.; WODAK, R. (Ed.). **Critical discourse analysis**: theory and interdisciplinary. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 1-32.

WESTWOOD, R.; LINSTEAD, S. Language/organization: introduction. In: WESTWOOD, R.; LINSTEAD, S. (Ed.). **The language of organization**. London: SAGE, 2001. p. 1-20.

WODAK, R. The discourse-historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001. P.63-94.

---

<sup>i</sup> Licitação para revitalização do Viaduto Santa Tereza está aberta: Retirado de: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/08/29/interna\\_gerais,441341/sai-a-revitalizacao-do-viaduto-santa-terez.html](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/08/29/interna_gerais,441341/sai-a-revitalizacao-do-viaduto-santa-terez.html)